

AGENDA DA CLASSE TRABALHADORA DO ESTADO DE SÃO PAULO

O estado de São Paulo, com um PIB na casa dos R\$ 3,3 trilhões (31% do Brasil), concentra parcela significativa da produção industrial, do comércio, dos serviços e da agropecuária do país. O estado é responsável por cerca de 40% da produção industrial brasileira, com forte presença nos setores automobilístico, químico, farmacêutico, metalúrgico e alimentício. A Região Metropolitana de São Paulo com a capital, Guarulhos, Osasco, São Bernardo do Campo se destacam como importantes polos industriais. O setor de serviços é o mais representativo da economia paulista, com grande presença de bancos, seguradoras, empresas de tecnologia e centros de distribuição. A capital, São Paulo, é o maior centro financeiro da América Latina.

Apesar de sua grande urbanização, o estado de São Paulo tem papel importante no agronegócio, sendo líder nacional na produção de cana-de-açúcar, laranja e etanol. O interior paulista tem alta produtividade agrícola. São Paulo é o estado que mais exporta no Brasil, com cerca de 21% das exportações nacionais. Seus principais produtos exportados incluem automóveis, máquinas, equipamentos, açúcar, suco de laranja, carne bovina e aeronaves (via Embraer, em São José dos Campos, no Vale do Paraíba, outra importante área industrial paulista). São Paulo possui o maior número de trabalhadores formais do país, com destaque para empregos nos setores de serviços, indústria e tecnologia. O rendimento médio mensal no estado é superior à média nacional. Por conta de seu dinamismo econômico, São Paulo tem a maior arrecadação de ICMS do país.

Apesar dos indicadores macroeconômicos expressivos, nas últimas décadas o estado de São Paulo perdeu parte de seu protagonismo econômico. De forma sintética, a maior demonstração é a própria diminuição da participação do estado no PIB nacional. Atualmente, pouco acima de 30% e no qual já foi superior a 40% do PIB nacional. Mas é importante ressaltar a queda na participação do PIB industrial nacional, em 2002 o PIB industrial do Estado de São Paulo representava 34,2% do que o Brasil todo gerava, em 2021 esse percentual caiu para 26,0% e a queda ainda mais expressiva verificada em municípios como São Paulo, São Bernardo do Campo, Guarulhos e Osasco.

Porém, a pujança econômica do estado de São Paulo por si só não garante melhorias para a totalidade da população no estado, tanto que, os problemas sociais permanecem, por exemplo: violência nas suas múltiplas formas, inclusive policial, justamente contra os menos favorecidos que em sua grande maioria são trabalhadores e trabalhadoras; déficit habitacional que leva a classe trabalhadora a ocupar espaços inadequados, inclusive em situação de rua; superlotação em hospitais e pronto socorros, demora para realização de atendimento com especialistas, cirurgias e exames; problemas ambientais como a qualidade do ar e saneamento básico; trânsito intenso nas regiões centrais e transporte coletivo superlotado, principalmente nas regiões periféricas; desnível entre escolas públicas e privadas, baixo desempenho escolar de alunos em escolas periféricas, ausência de um projeto estadual robusto para a formação profissional.

Por conta da realidade vivenciada pelo trabalhador e pela trabalhadora no estado de São Paulo, coloca-se a necessidade e urgência de um projeto que tenha a melhoria da vida e a valorização do trabalho como centro das ações de governo. A Força Sindical no estado de São Paulo propõe:

- ✓ Instituir uma política permanente de valorização do piso salarial estadual sem perder de vista a necessidade de elevar o piso normativo das categorias organizadas.
- ✓ Estabelecer políticas públicas efetivas de combate à fome e à pobreza extrema, inclusive expandindo as já existentes (por exemplo, Bom Prato e cozinhas solidárias). Articular junto às políticas federais complementos com políticas municipais e estaduais que visam erradicar toda forma de insegurança alimentar e miséria.
- ✓ Valorização do serviço público e do funcionalismo público, instituindo mesas de negociação coletiva permanente em âmbito municipal e estadual. Combater as terceirizações e privatizações dos serviços públicos.
- ✓ Realização de concursos públicos para adequação no número de servidores estaduais.
- ✓ Fortalecer políticas públicas que promovam a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho formal. Articular medidas efetivas para diminuir a

subutilização da força de trabalho (que inclui desempregados, subocupados e a força de trabalho potencial como desalentados).

- ✓ Estabelecer políticas de combate à discriminação do público LGBTQIA+ no mercado de trabalho.
- ✓ Aperfeiçoar as políticas de intermediação de mão de obra, fortalecendo as Comissões Municipais de Emprego e Renda com a participação efetiva dos representantes dos trabalhadores, promovendo no âmbito municipal a integração de políticas de transferência de renda, requalificação, microcrédito e assistência aos trabalhadores por conta própria.
- ✓ Garantir a universalização das vagas nas creches.
- ✓ Elaborar e fortalecer políticas públicas municipais e no Estado com foco no "cuidado e manutenção da vida" tendo em vista o envelhecimento populacional.
- ✓ Articular políticas públicas municipais e do Estado com o que tem sido efetivado no âmbito Federal na Nova Indústria Brasil (NIB) e no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para fortalecer a indústria no Estado, principalmente em regiões de industrialização madura. Garantir que as compras públicas sejam prioritariamente destinadas à produção local. Efetivar a ampliação da infraestrutura como expansão de trem, metrô, VLTs e ônibus elétrico sejam realizadas com produção local. Aumento de geração de energia renovável como solar e eólica sejam atendidos por empresas com fabricação local. Incentivar a digitalização das empresas e sua modernização, propiciando uma transição justa e negociada com os representantes dos trabalhadores.
- ✓ Fortalecer a articulação entre municípios, Estado e Governo Federal para uma efetiva regulamentação do trabalho mediado por plataforma de entregas visando garantir o cumprimento dos direitos trabalhistas, condições de trabalho saudáveis e seguras desses trabalhadores.
- ✓ Adotar políticas públicas que garantam o estudo em tempo integral e a formação profissional continuada das camadas mais vulneráveis da população com bolsas de estudo e estágios adequadamente remunerados.

- ✓ Articular toda a rede de ensino pública dos municípios e do estado para ofertar novos cursos que dialoguem com as demandas impostas pela atual revolução tecnológica, preparando os trabalhadores para essa transição do mercado de trabalho.
- ✓ Incentivar a agricultura familiar e agroecológica com compras públicas e crédito subsidiado.
- ✓ Promover a capacitação profissional e tecnológica com cursos específicos e linhas de financiamento para modernização da pequena propriedade rural e assentamentos.
- ✓ Garantir o fim de toda forma de trabalho precário no campo, reconhecimento do efetivo direito à negociação coletiva visando garantir a formalização do trabalhador no campo.
- ✓ Fortalecer e ampliar políticas de crédito público para micro e pequenas empresas e economia solidária, articulando assessoria técnica especializada junto ao SEBRAE, interligando com a priorização de compras públicas de produtos e serviços destas empresas nos orçamentos municipais e do Estado.
- ✓ Articular políticas públicas de expansão na infraestrutura social com a priorização na contratação de trabalhadores mais vulneráveis.
- ✓ Buscar a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1, sem redução de salário.

Correção na tabela no imposto de renda dos trabalhadores.

